



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Universidade de São Paulo - USP

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 066/2017

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Universidade de São Paulo para acesso a: (i) pautas e atas das reuniões da Congregação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade (EACH), ou, alternativamente, às atas, suas transcrições ou pré-atas em caso de pendência de aprovação; (ii) cópia de solicitação de candidata em concurso público; (iii) provas documentais requeridas à candidata pela Congregação.
2. Em resposta, a USP alegou que as atas solicitadas não haviam sido aprovadas e seriam de acesso restrito. E ainda, que as provas documentais da candidata versam sobre informações pessoais, o que ensejou o indeferimento inicial do pedido com base no artígi 31, §1º, inciso I, da Lei nº 12.527/2011. Em instância recursal, manteve a decisão e pontuou que o solicitante não apresentou prova de consentimento da candidata para o fornecimento dos documentos pedidos. Por fim, mencionou que o referido concurso ainda estava em andamento, e seus documentos possuiriam acesso restrito. Inconformado, o solicitante interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Primeiramente, importa lembrar que o artigo 11 da Lei determina que o órgão demandado conceda imediatamente acesso à informação *disponível*, sendo suficiente a entrega das informações detidas no formato em que se encontrem.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

4. Analisando-se o feito, verifica-se que, em relação ao pedido de fornecimento das atas das reuniões da Congregação da EACH-USP, conforme informado pela autarquia, estas ainda se encontram pendentes de aprovação pelo colegiado, podendo sofrer modificações substanciais em seu conteúdo.
5. Desta premissa, conclui-se que as informações a que o interessado deseja ter acesso ainda não se encontram disponíveis, por estar em preparo o documento oficial almejado. Entretanto, nada obsta o fornecimento do acesso às pautas das reuniões realizadas, pois não estão sujeitas a mudanças ou aprovações posteriores, sendo estas consideradas informação disponível pelo ente público, que não demanda qualquer tratamento, análise ou produção, conforme o artigo 11 da Lei.
6. A outra controvérsia no presente pedido de acesso gira em torno da possibilidade ou não de se restringir acesso à documentação da candidata em concurso público. A fim de melhor delimitar a questão, cabe lembrar que o direito de acesso à informação, constitucionalmente assegurado pelo artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição da República, apenas pode ser restringido mediante previsão legal, não sendo autorizada a criação de novas hipóteses excepcionais de sigilo por ato discricionário de autoridade. É o que se depreende da sistemática da Lei de Acesso à Informação, em especial de seu artigo 22, ao admitir a possibilidade de outras “hipóteses legais de sigilo”. Assim, importa verificar se a restrição invocada pelo ente demandado encontra respaldo em dispositivo legal específico capaz de excepcionar a regra geral da publicidade.
7. São duas as hipóteses de restrição de acesso contempladas diretamente na Lei: de um lado, seguindo a dicção constitucional, o diploma admite a classificação de sigilo de informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado; de outro, o texto legal prevê a restrição de acesso a dados pessoais relativos à honra, à intimidade, à vida privada ou à imagem de indivíduos. Verifique-se separadamente a incidência de cada hipótese no caso em análise.

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

8. No que se refere à restrição de acesso por necessidade de preservação da segurança da sociedade e do Estado, o artigo 23 da Lei desdobra as circunstâncias nas quais informações podem ser classificadas como sigilosas. E, no caso concreto, não parece aplicável nenhuma das hipóteses previstas nos incisos do dispositivo legal, ausente tal invocação na fundamentação denegatória.
9. Por outro lado, em relação ao pedido ora formulado, cumpre lembrar que a Lei Federal define informações pessoais como aquelas relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável (artigo 4º, inciso IV). Não obstante, a mera referência à pessoa natural não é suficiente para justificar eventuais restrições de acesso; do contrário, chegar-se-ia à equivocada conclusão de que todos os processos judiciais deveriam correr em segredo. Nesse sentido, a publicidade apenas é afastada quando existentes informações pessoais “relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem”, nos termos do artigo 31, §1º, da aludida norma.
10. No caso em tela, as provas documentais requeridas pela Congregação da EACH-USP durante o concurso público podem conter informações pessoais do candidato que se submete ao certame. No entanto, a existência de informações pessoais da candidata por si só não é capaz de justificar a completa negativa de acesso. Ainda que os documentos solicitados sejam pessoais, cabe indagar se sua divulgação afetaria a intimidade, vida privada, honra ou imagem, do que decorreria a correspondente restrição de acesso. Nesse sentido, recorda-se que cabe tão somente ao ente detentor da informação o processo de análise e verificação para auferir se estas possuem caráter privativo, cabendo à Universidade o juízo sobre o acesso no que tange ao conteúdo dos documentos.
11. Diante do exposto, considerando haver a possibilidade parcial de fornecimento dos documentos requeridos, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe parcial provimento**, na extensão desta decisão, para que o solicitante tenha acesso às pautas das reuniões, bem como aos documentos relativos ao concurso público



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

que não versem sobre informações pessoais de acesso restrito, a depender da verificação que compete apenas ao ente detentor da informação, nos termos do artigo 31, §1º, da Lei nº 12.527/2011, **recomendando-se** à Universidade de São Paulo, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, que adote as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.

12. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 17 de abril de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO